

PREFÁCIO

Desde o título, *Temas Arquivísticos: Entre a tradição e a mudança*, este livro é todo ele um convite – à sua aquisição, a trazê-lo connosco na mão, a lê-lo e a refletir sobre os seus debates e discussões, acompanhando, lado a lado, o pensamento da autora, em toda a sua extensão – Maria Cristina Vieira de Freitas – porque aqui está todo o seu pensamento, ainda que não caiba nestas cerca de duas centenas de páginas. É, assim, um convite à viagem, e não poderíamos ter melhor guia com quem adentrar nos *Temas Arquivísticos*, quando não nos próprios arquivos, por quem sintetiza o conhecimento técnico e teórico, profissional e científico, lembrando que não há conhecimento científico sem síntese, como bem vincara Hegel. Um convite a repensar ideias firmadas, embrulhadas de certezas, que quotidianamente nos oferecem, oralmente e por escrito, chamando-lhes novas verdades, quando são antigas, novos modos de pensar e agir, que já se faziam antes, de máximas universais, quando todo o substrato é contingencial, exigente de um contexto. Certezas, que se vão desconstruindo, que a autora (re)coloca no seu lugar, num vai-e-vem analéptico e proléptico permanente, *entre a tradição e mudança*, justificando a outra informação do título, tão desprezioso quanto interpelante, bem como os seus conteúdos, aqui expostos numa pincelada: Entre Epistemologias e tecnologias, sem que umas tenham de anular a outras, ou melhor integrando estas naquelas, podendo não ser suficientes para se considerar uma mudança paradigmática; entre o documento e a informação, como se aquele existisse sem informação e esta não precisasse daquele para a sua comunicação; entre os fundamentos, questionamentos e refundamentos, procurando não aceitar “o que é de hábito coisa natural”, seguindo o conselho de Brecht (1898-1956), que integra o excerto com que a autora abre o texto todo, quando não as águas do “dilúvio”, fazendo emergir o novo, aqui refletida a metáfora da vida no dilúvio de dados (Freitas & Corujo, 2021); das antigas e novas funções da Arquivística, e das novas roupagens das antigas funções; enfim, dos seus múltiplos usos e papéis, ora na valorização das memórias, ora na *inventio* de identidades, ora ainda na construção de comunidades, vincando a responsabilidade social dos arquivistas e a função social da Arquivística. Um convite à reflexão do lugar da Arquivística hoje, contrariando as vozes que afirmam que tenha adormecido permanentemente na Modernidade, face à emergência do pensamento pós-moderno, onde a ciência da informação radica a sua identidade, sem que a pós-modernidade seja, também ela,

parte da seiva que corre nas veias dos autores dos estudos arquivísticos, que, por consequência, escorre para as suas páginas. Um convite, ainda, a repensar a valorização dos estudos arquivísticos na atualidade, relegados, em muitos *fora*, à sua tecnicidade, considerados despidos de qualquer roupagem teórica, como se os arquivos não constituíssem, *per se*, um campo de estudo científico. Um campo sobre o qual se constrói conhecimento continuamente, refletido por cientistas e comunidades de prática, que, como tal, acompanha a própria evolução da ciência e o devir social.

Como qualquer convite, somos chamados a participar da ementa, somos convocados para a sua fruição, somos convidados a ingressar. E eis-nos no 1.º capítulo, “Epistemologias e tecnologias”, em que Maria Cristina Vieira de Freitas discute e situa a modernidade e a pós-modernidade, lembrando-nos Alain Touraine, falecido recentemente, em 12 de junho de 2023, em a *Crítica da Modernidade* (Instituto Piaget, 1994), bem como contextualiza a emergência da pós-modernidade (paradigmática) na Arquivística, no início da década de 90, quando a Modernidade se afirmara na Sociedade duas décadas antes, assim como a prática arquivística levava atraso, como hoje continua a levar, em relação aos avanços científicos e tecnológicos. No fundo, uma mudança natural na última década do século XX, quando se dá a viragem social, *the social turn*, termo cunhado pela historiadora de arte Claire Bishop, em *The Social turn: Collaboration and its discontents* (2006). Assim, embrenhamo-nos na interessante discussão de um eventual salto paradigmático na Arquivística resultante da evolução tecnológica ou de revolução em virtude dos seus efeitos, isto é, dos seus impactos sociais, económicos, políticos, culturais, entre outros. Uma discussão longa, de elevado interesse e leitura sociológica, que situa no mesmo momento a emergência da “Sociedade Informática”, termo cunhado por Schaff (1995), ou da “Informatização da Sociedade” (Webster, 2005), quando hoje se afirma a transição digital da sociedade como o grande desígnio da estratégia nacional e europeia para a década 2021-2030, afirmando a mudança, do que também encontramos na tradição, da digitalização da sociedade. No fundo, um texto em que, brilhante e paradoxalmente, se identificam as tradições que evoluem e as mudanças que permanecem, num diálogo contínuo. Fica-nos, ainda, uma mensagem de tranquilidade acerca da obsessão por encontrarmos as soluções, sendo naturalmente o primeiro passo a identificação dos problemas. Também porque, na senda de David Bearman, nem todas terão de ser alcançadas pelas atuais gerações de arquivistas e, mesmo quando encontradas, poderão não servir às gerações seguintes.

Passemos ao 2.º capítulo, “Singularidades do Documento de Arquivo”, quando o “documento de arquivo” tinha já sido afirmado como objeto da Arquivística, no capítulo anterior. Esta é, porém, e a autora não o ignora, uma afirmação que reúne consensos e dissensos, mesmo que a encerremos a estes dois conceitos, não acrescentando o de informação, de modo a alcançarmos o

objeto tridimensional, tópico com que abre o texto: “arquivo, documento, informação”. Para justificar a primeira parte da afirmação anterior, é suficiente o título do subcapítulo 3.1, “Arquivística “Ciência” dos Arquivos”. Neste debate, Maria Cristina Vieira de Freitas discute conceitos e terminologia arquivística, fundamentando a análise das propriedades dos documentos de arquivo, nas suas palavras, “de A a Z”. Uma discussão igualmente interessante que empurrou a autora, como nos empurra a nós, para o contexto e a organicidade dos arquivos, em busca da presunção da sua autenticidade, promovida pelo uso de metadados. Aqui está outra mudança distinta da evidência procurada no valor de prova dos documentos de arquivo, ainda tão presente e sublinhada pelas comunidades de prática, mas como a autora defende, muito arreigada à documentalidade, veiculada pela tradição positivista e pela Modernidade, distinta e distante do seu valor probatório; um lugar de evidência que tende a substituir a documentalidade pela *accountability*, isto é, a responsabilidade social e a prestação de contas. Uma mudança trazida pela produção e gestão de documentos/informação em ambiente eletrônico, que não é neutra quanto ao uso de distintos termos para identificar realidades idênticas, porém agora em contextos tecnológicos.

As discussões e os debates, que nos seguem desde a primeira página, reafirmam-se no 3.º capítulo, em “Fundamentos e questionamentos arquivísticos”, testemunhos de que a autora também é influenciada pelo pensamento pós-moderno, assim como nós somos, ao colocar a Arquivística, e não só, em questão. O mote toma-o de Jacques Derrida, que cita logo no início do texto: “Nada é menos fidedigno, nada é menos claro, hoje, do que a palavra arquivo”. Maria Cristina Vieira de Freitas discute, aqui, apesar de não ser o seu objetivo, a cientificidade da disciplina Arquivística, não apenas no âmbito da Ciência da Informação, lendo-se, nas entrelinhas, a defesa da própria existência de uma Ciência Arquivística, que tem sido melhor afirmada pela via da língua inglesa como *Archival Science*. Neste âmbito, e uma vez mais, percorre a tradição ao encontro da mudança, mas encontra, por vezes, conceitos que, afirmando uma *Archival Science*, na sua definição estão mais próximos da *Archivistics*, da Arquivística enquanto disciplina aplicada, não se podendo confundir o conhecimento teórico sobre os arquivos com Ciência Arquivística, como bem lembrou Cook (2001). Por outro lado, não ajuda à sua definição quando, nos conceitos, a referência aos métodos e às tradicionais funções arquivísticas apontam, sobretudo, para os procedimentos e a natureza técnica da disciplina. Também, é-nos oferecida uma viagem de debate aos princípios tradicionais da Arquivística, bem como à sua relação com a estrutura e a organização dos arquivos e de que modo se relacionam com a classificação, para não dizer a organização da informação/do conhecimento, impondo-se, neste caso, uma mudança das tradicionais classificações orgânicas e orgânico-funcionais para a adoção de planos de classificação funcionais, resultado dos contextos tecnológicos, da mutabilidade das organizações e da existência de múltiplos produtores para um mesmo fundo ou no âmbito de um sistema ou supersistema de informação. Ainda

neste capítulo, a autora faz uma abordagem aos tipos de modelos de gestão de documentos – cíclico, contínuo ou helicoidal – para introduzir o debate entre a gestão integrada de documentos (custodial), canadiana, e a gestão contínua de documentos, australiana, com mais pontos em comum do que distintos, ambos modelos gestionários mais próximos da tradição do que da mudança, ainda que esta seja mais pronunciada no modelo australiano, pós-custodial, termo trazido para o campo da arquivística por Ham (1975, 1981), resultante de ser um modelo virado para o contexto tecnológico e mais focado no acesso à informação, que melhor caracteriza a abordagem pós-custodial. Isto é, permanece a questão central desde o início da viagem, entre epistemologias e tecnologias, sendo estas, talvez, mais impactantes do que paradigmáticas. Acrescente-se, no entanto, que a dimensão pós-custodial não permite anular a dimensão custodial, tópico tão caro à autora quanto para nós, quando a própria operação de preservação, a primeira função arquivística, é quotidianamente reforçada em ambiente tecnológico, abrindo espaço à custódia distribuída ou não custódia, que, em vez de um não-lugar, porque distintos dos não-lugares de Marc Augé, preferimos designar por um lugar outro.

Segue-se o 4.º capítulo sob o título “Funções e trabalho arquivístico: debates e reflexões”. Este é, dos conteúdos da Arquivística, aquele em que a tradição é mais vincada, e em que a autora faz, porém, uma (re)leitura, pós-moderna, das funções arquivísticas: a aquisição (e consequente custódia e preservação), a Organização (e sequente classificação e ordenação), a descrição, a avaliação (que se nutre de contributos da classificação, e sequente seleção e eliminação). Em cada função, a autora procura os subsídios para a viragem pós-custodial da arquivística, acelerada pelos ambientes tecnológicos, que poriam em causa, ou obrigariam à sua redefinição, os tradicionais princípios da Arquivística, que remontam à centúria de oitocentos, como o princípio do respeito pelos fundos, o princípio da ordem original e o princípio da proveniência. Pois é, por exemplo, na abordagem pós-custodial que emerge o termo representação da informação arquivística em desfavor dos termos descrição e instrumentos de descrição (documental), visando uma representação global, total, da sociedade, promotora da inclusão e da equidade, quando realizada ativamente. Porém, quando reativa, em termos de uma ação corretiva, impõe-se, como muito bem discute Maria Cristina Vieira de Freitas, uma “descrição reparadora” (Wick, 2020). No encontro de debates em torno da avaliação, a autora sublinha o contributo de Schellenberg para a definição dos valores primário e secundário dos documentos, que permitiu relevar o papel dos arquivistas na construção da memória social, acrescentando-lhes, neste aspeto, as exigências em termos de ética e deontologia profissional. E, numa crítica à proposta de uma Arquivística Moderna *Schellenberguiana*, afirmada no próprio título do seu manual *Modern Archives...* (1956), aqui amplamente discutida, afirmamos a pertinência da substituição do termo valor pelo de uso (primário e secundário) da informação. Ainda, dada a profundidade e a pertinência da reflexão em torno das dimensões de análise do processo de avaliação da informação de arquivo, pertinentemente

trazida pela autora a partir das teses de Harris (1998), seja-nos permitido o seu destaque, bem como a nota da sua possível extensão aos processos de investigação científica, dados os contributos da classificação das dimensões dos modelos de investigação: Ontológica, epistemológica, metodológica (Guba & Lincoln, 2000), axiológica, retórica (que designaríamos de discursiva ou comunicacional) (Cresswell, 1994) e ética (Freitas, 2023).

Como qualquer viagem, esta termina na última paragem, em *Arquivística e Sociedade: Relações e interlocuções*”, indicador da própria evolução da disciplina Arquivística e, também neste campo, da viragem sociológica, que valorizaria a sua função social, somente depois de conseguida pela Ciência da Informação, esta a partir do início da década de 90 do século XX, assim como a Biblioteconomia (Social), aquela já no século XXI. Relações com a memória, melhor grafada na forma do plural, e indubitavelmente com o esquecimento; relações com as identidades, preservadas ou “inventadas”, desejavelmente representativas do todo social, na senda do conceito de ‘arquivo total’, que curiosamente também remonta ao início da década de 70; relações com a comunidade, através dos arquivos comunitários, que reclamam o papel da própria comunidade, seja ela qual for, na sua negociação e construção, e de projetos participativos, que não têm lugar na Arquivística tradicional, moderna, custodial. Estas últimas relações traduzem-se em formas de preservar as memórias de determinadas comunidades e de as (re)construir, por vezes no âmbito de movimentos ativistas, (re)inventando arquivos, as suas próprias identidades.

Uma viagem por cinco textos, reunidos dentro deste livro, em que Maria Cristina Vieira de Freitas alia à qualidade da escrita a excelência da investigação e a profundidade da reflexão, do melhor que lemos sobre Arquivística nos últimos tempos. Textos que, por vezes, nos escapam, porque dispersos, como recorda a autora, por que não temos tempo para ler tudo, porque não nos lemos sempre e não lemos o que queremos e quando queremos, porque estamos ocupados a escrever, lembrando aqui o problema de *O bicho da escrita* (Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2004), identificado por Rui Zink: Porque todos escrevem – mas ninguém lê o que os outros escrevem (...) Não têm tempo” (p. 14).

Mas, sobressai aqui não apenas a investigadora, mas também a docente, e as relações pessoais que tece nessa outra teia, a do ensino, em que a autora destaca os seus orientandos de doutoramento – Luís Corujo, Laureano Ascensão de Macedo, André Pacheco, Paola Rodrigues Bittencourt e Thiago de Oliveira Vieira – não apenas para lhes agradecer, como faz, mas para escrever serem aqueles com quem mais provavelmente aprendeu, todos objeto de citação nas suas páginas.

Um livro que situa *Temas Arquivísticos* nos debates na Modernidade/Pós-Modernidade, ou na “Modernidade líquida” (2011) de Zygmunt Bauman, no

custodial/Pós-custodial, enfim entre a tradição e a mudança, isto é, na atualidade. Por tudo isto, e não é pouco, é tempo de endereçar os parabéns à autora, por este notável livro, bem como às Edições Colibri e a Fernando Mão de Ferro, e ao Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na pessoa do seu diretor, Rodrigo Furtado, por acreditarem ainda no valor e no lugar do livro na Pós-Modernidade, quando o futuro se abre a não-lugares. Um livro que faltava e que enriquece, indubitavelmente, a coleção *Ciência da Informação*.

Carlos Guardado da Silva